

[Página inicial](#) / [Meus cursos](#) / [Comando-Geral](#) / [COGER](#)
/ [Curso de Atualização Profissional em Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar - FATD](#) / [Pesquisas e Avaliação Final](#)
/ [Avaliação Final do Curso](#)

| | |
|------------------------|---|
| Iniciado em | quarta, 17 Abr 2024, 16:19 |
| Estado | Finalizada |
| Concluída em | quarta, 17 Abr 2024, 17:12 |
| Tempo empregado | 53 minutos 1 segundo |
| Notas | 16,00/20,00 |
| Avaliar | 8,00 de um máximo de 10,00(80%) |
| Comentários | Parabéns pela Conclusão da Avaliação Final!!! |



Questão 1

Parcialmente
corretoAtingiu 0,50 de
1,00**Sobre a identificação no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. No campo 'IDENTIFICAÇÃO DO MILITAR ESTADUAL APONTADO COMO AUTOR DO FATO', registrar-se-ão o grau hierárquico, o nome completo, o número do registro geral e a Subunidade, se for o caso. ✓
- b. Todos os FATD são cadastrados no SISCOGER, que lhe atribuirá um número sequencial que deve ser utilizado e constar na capa do FATD.
- c. Ciente de um fato tido como transgressão disciplinar, cabe ao Comandante, Chefe ou Diretor, com competência disciplinar, elaborar um DESPACHO simples, determinando a instauração de um FATD e delegando a atribuição de apurar os fatos a outro militar estadual sob sua subordinação, conforme previsto na Portaria do FATD, em no parágrafo primeiro de seu art. 1º.
- d. A autoridade competente, ao presenciar ou tomar conhecimento da ocorrência de transgressão disciplinar resultante de apuração em sindicância, ou comunicada por intermédio de parte disciplinar ou outro expediente, a exemplo de informação, representação ou requerimento, deverá pessoalmente expedir ou determinar a um Oficial ou Aspirante-a-Oficial que expeça, ao militar estadual apontado como autor do fato, Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD) ✓

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 2.

As respostas corretas são:

Todos os FATD são cadastrados no SISCOGER, que lhe atribuirá um número sequencial que deve ser utilizado e constar na capa do FATD.,



No campo 'IDENTIFICAÇÃO DO MILITAR ESTADUAL APONTADO COMO AUTOR DO FATO', registrar-se-ão o grau hierárquico, o nome completo, o número do registro geral e a Subunidade, se for o caso.,

A autoridade competente, ao presenciar ou tomar conhecimento da ocorrência de transgressão disciplinar resultante de apuração em sindicância, ou comunicada por intermédio de parte disciplinar ou outro expediente, a exemplo de informação, representação ou requerimento, deverá pessoalmente expedir ou determinar a um Oficial ou Aspirante-a-Oficial que expeça, ao militar estadual apontado como autor do fato, Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD),

Ciente de um fato tido como transgressão disciplinar, cabe ao Comandante, Chefe ou Diretor, com competência disciplinar, elaborar um DESPACHO simples, determinando a instauração de um FATD e delegando a atribuição de apurar os fatos a outro militar estadual sob sua subordinação, conforme previsto na Portaria do FATD, em no parágrafo primeiro de seu art. 1º.



Questão **2**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre o Relato do Fato Imputado no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. O militar estadual não pode ser obrigado a apor sua assinatura no Relato do Fato Imputado, o que impede a continuidade processual.
- b. Na entrega do Relato do Fato Imputado deve-se informar ao Acusado que ele possui três dias úteis para elaborar suas Razões Iniciais de Defesa. Este fato também deverá estar por escrito no documento. ✓
- c. Concluída a elaboração do Relato do Fato Imputado, o Encarregado deve imprimir duas cópias, entregando uma delas junto com o caderno do FATD para o Acusado e coletando sua assinatura na outra. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Concluída a elaboração do Relato do Fato Imputado, o Encarregado deve imprimir duas cópias, entregando uma delas junto com o caderno do FATD para o Acusado e coletando sua assinatura na outra.,

Na entrega do Relato do Fato Imputado deve-se informar ao Acusado que ele possui três dias úteis para elaborar suas Razões Iniciais de Defesa. Este fato também deverá estar por escrito no documento.



Questão **3**Parcialmente
corretoAtingiu 0,80 de
1,00**Sobre o Princípio da Ampla Defesa e Contraditório, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a.

Do ato produzido pelo encarregado do FATD não caberá direito ao acusado dele participar, apresentar outra versão que lhe convenha ou, ainda, não poderá fornecer uma interpretação dos fatos diversa daquela feita pela acusação.

 b.

O militar acusado em FATD tem o direito de saber quais são os fatos que lhe foram imputados como transgressão disciplinar, quais os elementos que lhe atribuem a autoria, quais as provas que já existem e as que devem ser produzidas. Ciente de tudo, deve ter a oportunidade de contrapor as acusações e produzir provas em seu favor.

 c.

A ampla defesa fornece aos acusados em geral o amparo necessário para que levem ao processo (...) os argumentos necessários para **esclarecer a verdade**, ou, se for o caso, faculta-lhes calar-se, não produzindo provas contra si mesmos.

d.



O **princípio do contraditório**, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe **oportunidade de resposta**. Ele supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação.

e.



Previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, faculta ao acusado, durante toda a instrução processual, acompanhar o processo. Assim, efetivamente deve-lhe ser garantido participar dos atos produzidos e possibilitar-lhe a utilização de todos os meios de defesa admitidos pelo ordenamento jurídico.

f.

Deve ser assegurado ao militar estadual o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de advogado/defensor, arrolar e participar da inquirição de testemunhas, produzir provas e contraprovas, bem como formular quesitos quando se tratar de prova pericial.



Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 4.

Por isso, por exemplo, é fundamental que o Encarregado informe ao Acusado a data, horário e local das oitivas dos acusadores/ofendidos e testemunhas com antecedência suficiente que lhe permita, caso queira, se fazer presente (mínimo 48h). Da mesma forma, sobre eventual produção de provas das quais o acusado possa participar de alguma maneira.

As respostas corretas são: Previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, faculta ao acusado, durante toda a instrução processual, acompanhar o processo. Assim, efetivamente deve lhe ser garantido participar dos atos produzidos e possibilitar-lhe a utilização de todos os meios de defesa admitidos pelo ordenamento jurídico. ,

O militar acusado em FATD tem o direito de saber quais são os fatos que lhe foram imputados como transgressão disciplinar, quais os elementos que lhe atribuem a autoria, quais as provas que já existem e as que devem ser produzidas. Ciente de tudo, deve ter a oportunidade de contrapor as acusações e produzir provas em seu favor.,

Deve ser assegurado ao militar estadual o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de advogado/defensor, arrolar e participar da inquirição de testemunhas, produzir provas e contraprovas, bem como formular quesitos quando se tratar de prova pericial.,

A ampla defesa fornece aos acusados em geral o amparo necessário para que levem ao processo (...) os argumentos necessários para **esclarecer a verdade**, ou, se for o caso, faculta-lhes calar-se, não produzindo provas contra si mesmos.,

O **princípio do contraditório**, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe **oportunidade de resposta**. Ele supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação.



Questão **4**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre a missão do Encarregado no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. O termo "**imediatamente**" para dar início ao FATD significa que deve se dar o mais breve possível, tão logo esteja de posse da documentação relacionada. ✓
- b. A Corregedoria-Geral entende que o encarregado deve estudar os documentos de origem, de modo a avaliar inicialmente quais serão as providências adotadas. ✓
- c. A Corregedoria-Geral entende que há uma tolerância de até três dias para início dos trabalho do FATD, contando a partir do recebimento dos documentos pelo Encarregado, que deve lavrar Termo de Data informando sobre o dia que os recebeu. ✓
- d. O prazo para conclusão e decisão do processo passará a fluir a partir da lavratura do formulário, que deverá ocorrer **imediatamente** após o recebimento da documentação de origem. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

O prazo para conclusão e decisão do processo passará a fluir a partir da lavratura do formulário, que deverá ocorrer **imediatamente** após o recebimento da documentação de origem.,

O termo "**imediatamente**" para dar início ao FATD significa que deve se dar o mais breve possível, tão logo esteja de posse da documentação relacionada.,

A Corregedoria-Geral entende que o encarregado deve estudar os documentos de origem, de modo a avaliar inicialmente quais serão as providências adotadas.,



A Corregedoria-Geral entende que há uma tolerância de até três dias para início dos trabalho do FATD, contando a partir do recebimento dos documentos pelo Encarregado, que deve lavrar Termo de Data informando sobre o dia que os recebeu.



Questão **5**

Incorreto

Atingiu 0,00 de
1,00**Sobre a Juntada de Provas no FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

- a. A ausência da abertura de prazo à defesa, quando da juntada de documentos após a razão final de defesa, é causa de nulidade relativa.
- b. Caso o SJD da Unidade constate a ausência de abertura **×**
do prazo na juntada de documentos depois das razões finais, deverá anular o FATD integralmente em razão da nulidade que cerceou a defesa e em homenagem ao princípio do contraditório. **Caso o SJD da Unidade constate a ausência de abertura do prazo, poderá retornar o FATD para que realize a abertura do prazo para se manifestar sobre o documento juntado posteriormente, bem como produzir relatório complementar.**
- c. Muitas vezes quando da juntada de documentos, por iniciativa do próprio encarregado, não se faz necessária a abertura de novo prazo, quando esta juntada ocorrer após as razões de defesa.
- d. Como medida saneadora no FATD, deverá o encarregado possibilitar à defesa oportunidade para se manifestar sobre a juntada de documento ocorrida após a apresentação da Razão Final de Defesa, fazendo para tal constar no Registro dos Fatos Incidentais. **✓**

Sua resposta está incorreta.

As respostas corretas são:

A ausência da abertura de prazo à defesa, quando da juntada de documentos após a razão final de defesa, é causa de nulidade relativa.,

Como medida saneadora no FATD, deverá o encarregado possibilitar à defesa oportunidade para se manifestar sobre a juntada de documento ocorrida após a apresentação da Razão Final de Defesa, fazendo para tal constar no Registro dos Fatos Incidentais.

Questão **6**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Competência Disciplinar

Se vários forem os militares estaduais apontados como autores da prática de uma ou de várias transgressões dentro de um mesmo contexto, é possível ser expedido FATD para todos eles, assim como funciona o regra para os Conselhos de Disciplina, que pode ter mais de um acusado por processo disciplinar.

Escolha uma opção:

- Verdadeiro
- Falso ✓

A resposta correta é 'Falso'.



Questão **7**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre o Princípio da Presunção de Inocência, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a.

É importante destacar que o ônus de provar a responsabilidade do militar estadual é da Administração Pública.

 b.

Consagrado no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

 c.

A dúvida sempre deve ser interpretada em favor do Acusado. Se não foi possível atribuir-lhe a autoria de prática de transgressão disciplinar acima de qualquer dúvida razoável, deve ser considerado inocente e arquivado o FATD.

**Sua resposta está correta.**

As respostas corretas são: Consagrado no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

É importante destacar que o ônus de provar a responsabilidade do militar estadual é da Administração Pública.

A dúvida sempre deve ser interpretada em favor do Acusado. Se não foi possível atribuir-lhe a autoria de prática de transgressão disciplinar acima de qualquer dúvida razoável, deve ser considerado inocente e arquivado o FATD.



Questão **8**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre a Anulação dos Atos previstos no CPPM, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

 a.

A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação não ficará sanada com o comparecimento do interessado em juízo.

 b.

Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que tenha dado causa ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interessa.

 c.

Substituindo a citação nula pelo comparecimento do réu, o certo é que, se não convalidou a citação nula, a relação processual foi convalidada, não se declarando a nulidade do processo.



d.

A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que tenha dado causa ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interessa.,

A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la.,

Substituindo a citação nula pelo comparecimento do réu, o certo é que, se não convalidou a citação nula, a relação processual foi convalidada, não se declarando a nulidade do processo.



Questão 9

Parcialmente
corretoAtingiu 0,75 de
1,00**Sobre as Oitivas e outras providências no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. Nos casos de FATD, o acusado poderá fazer perguntas às testemunhas ou ao ofendido por intermédio do Encarregado do processo. ✓
- b. Quando houver constrangimento de testemunhas e quando não houver defensor constituído, como sugestão o acusado poderá deixar as perguntas para que o Encarregado as transmita a testemunha, ficando tudo devidamente registrado no Termo de Inquirição de Testemunha. ✓
- c. Se a impossibilidade de formular questionamentos for alegada pelo acusado no ato de sua defesa final o encarregado deverá providenciar nova oitiva e oportunizar que o acusado faça as perguntas. ✓
- d. O Encarregado do processo disciplinar ou do procedimento administrativo poderá indeferir as perguntas inoportunas, inconvenientes, fora do contexto. Recomenda-se que estas perguntas indeferidas sejam consignadas no termo.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são:

Se a impossibilidade de formular questionamentos for alegada pelo acusado no ato de sua defesa final o encarregado deverá providenciar nova oitiva e oportunizar que o acusado faça as perguntas.,

O Encarregado do processo disciplinar ou do procedimento administrativo poderá indeferir as perguntas inoportunas, inconvenientes, fora do contexto. Recomenda-se que estas perguntas indeferidas sejam consignadas no termo., Quando houver constrangimento de testemunhas e quando não houver defensor constituído, como



sugestão o acusado poderá deixar as perguntas para que o Encarregado as transmita a testemunha, ficando tudo devidamente registrado no Termo de Inquirição de Testemunha., Nos casos de FATD, o acusado poderá fazer perguntas às testemunhas ou ao ofendido por intermédio do Encarregado do processo.



Questão **10**Parcialmente
corretoAtingiu 0,75 de
1,00**Sobre a Anulação dos Atos previstos no CPPM, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

 a.

Aqueles documentos que porventura sejam considerados nulos por decisão fundamentada da autoridade, durante análise do FATD, deverão ser desentranhados dos autos.

 b.

Os atos nos quais forem identificadas nulidades deverão ser renovados ou retificados, se houver tal possibilidade.

 c.

d. A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a nulidades dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

 e.

A nulidade de um ato, uma vez declarada, não causará a nulidade dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência, pois são independentes entre si.

f.



Cabe a autoridade reconhecer a invalidade de determinado ato processual e verificar se esse vício se propagou ou não aos outros atos do procedimento.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são:

Os atos nos quais forem identificadas nulidades deverão ser renovados ou retificados, se houver tal possibilidade.,

Cabe a autoridade reconhecer a invalidade de determinado ato processual e verificar se esse vício se propagou ou não aos outros atos do procedimento.,

A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a nulidades dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.,

Aqueles documentos que porventura sejam considerados nulos por decisão fundamentada da autoridade, durante análise do FATD, deverão ser desentranhados dos autos.



Questão **11**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre a Anulação dos Atos Administrativos, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

 a.

Anulação ou invalidação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.

 b.

Em regra, a Administração tem o dever de anular os atos ilegais sob pena de ferir o princípio da legalidade. É possível uma exceção a essa regra quando o prejuízo da anulação for maior do que o decorrente ato ilegal, quando o interesse público for manifesto.

 c.

O ato considerado nulo produz **efeitos retroativos** à data em que foi emitido (*ex tunc*).

 d.

Nas palavras do Professor Hely Lopes Meirelles a Anulação é a declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal. Baseia-se em razões de legitimidade ou legalidade, diferentemente da revogação que se funda em motivos de conveniência ou de oportunidade.

e.



O conceito de ilegalidade ou ilegitimidade não se restringe somente à violação da lei, mas também ao abuso, por excesso ou desvio de poder, ou ao desrespeito aos princípios gerais do direito.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Anulação ou invalidação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.,

O ato considerado nulo produz **efeitos retroativos** à data em que foi emitido (*ex tunc*).,

Em regra, a Administração tem o dever de anular os atos ilegais sob pena de ferir o princípio da legalidade. É possível uma exceção a essa regra quando o prejuízo da anulação for maior do que o decorrente ato ilegal, quando o interesse público for manifesto.,

Nas palavras do Professor Hely Lopes Meirelles a Anulação é a declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal. Baseia-se em razões de legitimidade ou legalidade, diferentemente da revogação que se funda em motivos de conveniência ou de oportunidade.,

O conceito de ilegalidade ou ilegitimidade não se restringe somente à violação da lei, mas também ao abuso, excesso ou desvio de poder, ou ao desrespeito aos princípios gerais do direito.



Questão **12**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00

Os instrumentos existentes para suprir os vícios são: Convalidação de Ato Administrativo, Revogação de Ato Administrativo e Anulação ou Invalidação de Ato Administrativo

Escolha uma opção:

Verdadeiro ✓

Falso

A resposta correta é 'Verdadeiro'.



Questão **13**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00

Sobre as principais situações identificadas como sendo aquelas que produzem nulidade em um FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

 a.

As oitivas de testemunhas devem ser feitas de maneira criteriosa e o Encarregado deve se esforçar para colocar no papel aquilo que foi dito, nos termos utilizados pela pessoa ouvida. O ato de simplesmente "copiar e colar" os testemunhos, que ficam com redação igual, é um fato de descrédito na apuração disciplinar.



b. É possível dizer que o Relato do Fato Imputado é uma das principais peças do FATD, posto que quando redigido de maneira genérica ou incompleta fatalmente irá comprometer a produção de provas.



c. Com base no discutido sobre a Competência Disciplinar, o comandante de determinada Unidade pode determinar a instauração e decidir o FATD no qual ocupa a posição de ofendido.

 d.

O desvio de procedimento é a utilização de um procedimento inadequado para obtenção de um resultado que deveria ser realizado por outras vias.



Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: É possível dizer que o Relato do Fato Imputado é uma das principais peças do FATD, posto que quando redigido de maneira genérica ou incompleta fatalmente irá comprometer a produção de provas., As oitivas de testemunhas devem ser feitas de maneira criteriosa e o Encarregado deve se esforçar para colocar no papel aquilo que foi dito, nos termos utilizados pela pessoa ouvida. O ato de simplesmente "copiar e colar" os testemunhos, que ficam com redação igual, é um fato de descrédito na apuração disciplinar., O desvio de procedimento é a utilização de um procedimento inadequado para obtenção de um resultado que deveria ser realizado por outras vias.



Questão **14**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre os Princípio do Processo Administrativo Disciplinar, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. Do Princípio da Motivação decorre a obrigação do comandante, chefe ou diretor deixar bem claro quais foram os elementos de prova e as razões que o levaram a decidir pela responsabilidade disciplinar do acusado, para determinar a gravidade do praticado e estabelecer a punição merecida. ✓
- b. Em razão do Princípio do Formalismo Moderado não faz diferença se o acusado diz que não tem interesse em apresentar razões de defesa e esta informação é transcrita em uma certidão assinada pelo interessado ou se ele a redige de próprio punho em um formulário. O que interessa é a manifestação legítima de que lhe foi oportunizado tal meio de defesa e houve o desinteresse espontâneo. ✓
- c. O princípio do Formalismo Moderado deve prever a realização de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança e respeito ao contraditório e à ampla defesa. ✓
- d. O Princípio da verdade real decorre da obrigação imposta à Administração produzir provas, atuando de ofício ou mediante provocação, de modo a formar sua convicção sobre a realidade fática em apuração. ✓
- e. O Princípio da Celeridade é aquele em que o processo administrativo deve ser realizado dentro do prazo razoável e dentro do prazo estabelecido, garantindo a apuração célere do ocorrido, de modo a possibilitar à Administração Castrense se manifestar de maneira concreta sobre o assunto e assim não perder o caráter educativo da eventual punição. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

O princípio do Formalismo Moderado deve prever a realização de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança e respeito ao contraditório e à ampla defesa.,



Em razão do Princípio do Formalismo Moderado não faz diferença se o acusado diz que não tem interesse em apresentar razões de defesa e esta informação é transcrita em uma certidão assinada pelo interessado ou se ele a redige de próprio punho em um formulário. O que interessa é a manifestação legítima de que lhe foi oportunizado tal meio de defesa e houve o desinteresse espontâneo.

O Princípio da Celeridade é aquele em que o processo administrativo deve ser realizado dentro do prazo razoável e dentro do prazo estabelecido, garantindo a apuração célere do ocorrido, de modo a possibilitar à Administração Castrense se manifestar de maneira concreta sobre o assunto e assim não perder o caráter educativo da eventual punição.

Do Princípio da Motivação decorre a obrigação do comandante, chefe ou diretor deixar bem claro quais foram os elementos de prova e as razões que o levaram a decidir pela responsabilidade disciplinar do acusado, para determinar a gravidade do praticado e estabelecer a punição merecida.

O Princípio da verdade real decorre da obrigação imposta à Administração produzir provas, atuando de ofício ou mediante provocação, de modo a formar sua convicção sobre a realidade fática em apuração.



Questão **15**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00

O Código de Processo Penal também pode ser utilizado de maneira subsidiária à Portaria do Comando-Geral nº 339/2006, tendo em vista que o processo administrativo disciplinar se assemelha em alguns aspectos ao processo penal.

Escolha uma opção:

Verdadeiro ✓

Falso

A resposta correta é 'Verdadeiro'.



Questão **16**Parcialmente
corretoAtingiu 0,75 de
1,00**Sobre o Relato do Fato e Decisões Interlocutórias, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

 a.

Quando ficar evidente um relato do fato genérico, sem a clara delimitação de conduta, o processo administrativo deve ser anulado a partir do Relato do Fato Imputado, retornando para o encarregado instruir novamente todo o FATD.

 b.

Um dos objetivos da Decisão Interlocutória é resolver as questões de direito suscitadas pela defesa, deferindo ou não a produção de provas, inquirições de testemunhas e outros pedidos da defesa de forma fundamentada.

 c.

Eventual deferimento ou não de testemunhas deverá estar fundamentado. É admissível o indeferimento de pedido de oitiva de provas testemunhais, quando se constatar número exorbitante de testemunhas e que o objeto buscado com os depoimentos diz respeito meramente ao perfil profissional subjetivo do



militar estadual (testemunhas abonatórias).

d. Em muitos FATD instruídos, os encarregados denegam a oitiva de testemunhas, produção de provas e requerimentos de documentos, sem, no entanto, fundamentar tal decisão, o que é absolutamente normal, tendo em vista que os atos da Administração Pública prevalecem aos direitos e garantias fundamentais do Acusado.

e.

O relato do fato genérico ocorre quando fica evidente uma insuficiente delimitação da conduta do militar estadual, sendo considerado inepto por dificultar sua defesa.



Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são:

O relato do fato genérico ocorre quando fica evidente uma insuficiente delimitação da conduta do militar estadual, sendo considerado inepto por dificultar sua defesa.,

Quando ficar evidente um relato do fato genérico, sem a clara delimitação de conduta, o processo administrativo deve ser anulado a partir do Relato do Fato Imputado, retornando para o encarregado instruir novamente todo o FATD.,

Um dos objetivos da Decisão Interlocutória é resolver as questões de direito suscitadas pela defesa, deferindo ou a produção de provas, inquirições de testemunhas e outros pedidos da defesa de forma fundamentada.,



Eventual deferimento ou não de testemunhas deverá estar fundamentado. É admissível o indeferimento de pedido de oitiva de provas testemunhais, quando se constatar número exorbitante de testemunhas e que o objeto buscado com os depoimentos diz respeito meramente ao perfil profissional subjetivo do militar estadual (testemunhas abonatórias).

Questão **17**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Não é útil que o SJD verifique se há eventuais dúvidas, oriente na elaboração do relato do fato imputado, ou explique quais são as principais providências pois cada encarregado sabe bem a sua responsabilidade.

Escolha uma opção:

- Verdadeiro
- Falso ✓

A resposta correta é 'Falso'.



Questão **18**Parcialmente
corretoAtingiu 0,30 de
1,00**Sobre a Produção de Provas no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. Embora no FATD seja facultado ao Acusado participar da produção de provas, é certo que DEVE ser informado sobre as datas em que serão realizadas com antecedência suficiente para que possa comparecer, se tiver interesse. ✔
- b. O CPPM estabelece que as citações, intimações ou notificações serão sempre feitas de dia e com a antecedência de vinte e quatro horas, pelo menos, do ato a que se referirem.
- c. A Lei Estadual nº 16.544/2010, prevê o prazo de dois dias úteis entre a citação e a entrega do libelo acusatório e também para notificação para comparecimento à sessão de julgamento dos Conselhos de Disciplina e de Justificação, sendo aplicado este prazo também para notificar o acusado no FATD.
- d. É direito do acusado contrapor todas as provas que possam ser produzidas em seu desfavor, aqui incluindo a versão trazida aos autos pelo Ofendido ou Acusador. ✔
- e. A presença do acusado é facultada na produção de provas. Desta maneira, há problema se o militar estadual regulamente cientificado não acompanhar a produção da prova. ✘ Não existe problema o acusado não comparecer para oitiva de testemunhas

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 2.

As respostas corretas são: Embora no FATD seja facultado ao Acusado participar da produção de provas, é certo que DEVE ser informado sobre as datas em que serão realizadas com antecedência suficiente para que possa comparecer, se tiver interesse.,



O CPPM estabelece que as citações, intimações ou notificações serão sempre feitas de dia e com a antecedência de vinte e quatro horas, pelo menos, do ato a que se referirem.,

A Lei Estadual nº 16.544/2010, prevê o prazo de dois dias úteis entre a citação e a entrega do libelo acusatório e também para notificação para comparecimento à sessão de julgamento dos Conselhos de Disciplina e de Justificação, sendo aplicado este prazo também para notificar o acusado no FATD.,

É direito do acusado contrapor todas as provas que possam ser produzidas em seu desfavor, aqui incluindo a versão trazida aos autos pelo Ofendido ou Acusador.



Questão **19**Parcialmente
corretoAtingiu 0,40 de
1,00**Sobre os Princípios da Administração Pública, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. O Princípio da Legalidade é aquele que obriga o administrador público a atuar conforme as normativas legais, estas relacionadas e determinadas de acordo com as exigências do bem comum. Quando atua em desconformidade com estas, pode estar sujeito a responsabilização administrativa disciplinar, civil e criminal.
- b.
- O princípio da moralidade está ligado à distinção entre o legal e ilegal, justo e injusto, conveniente e inconveniente e entre o honesto e desonesto. O militar estadual deve nortear sua conduta naquilo que está em conformidade com a ética institucional, visando o bem comum.
- c.
- A publicidade consiste na divulgação oficial do ato administrativo para conhecimento público e início de seus efeitos. Por este motivo, devem ser publicados o despacho que determina a instauração do FATD, a decisão da autoridade disciplinar sobre o caso, a nota de punição e qualquer outro ato administrativo relacionado, como decisões de recursos disciplinares.



d.

O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.

 e.

Os princípios da Administração Pública estão previstos na Constituição Federal, em seu art. 37, e sua observação é fundamental na elaboração de um Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar.

 f.

O Princípio da Impessoalidade é relacionado ao processo administrativo disciplinar que deve ser instaurado de modo a atender o interesse público e institucional. Portanto, pode a autoridade com competência disciplinar instaurar um FATD para satisfazer interesse próprio ou de terceiros.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 2.

As respostas corretas são:

Os princípios da Administração Pública estão previstos na Constituição Federal, em seu art. 37, e sua observação é fundamental na elaboração de um Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar., O Princípio da Legalidade é aquele que obriga o administrador público a atuar conforme as normativas legais, estas relacionadas e determinadas de acordo com as exigências



do bem comum. Quando atua em desconformidade com estas, pode estar sujeito a responsabilização administrativa disciplinar, civil e criminal. ,

O princípio da moralidade está ligado à distinção entre o legal e ilegal, justo e injusto, conveniente e inconveniente e entre o honesto e desonesto. O militar estadual deve nortear sua conduta naquilo que está em conformidade com a ética institucional, visando o bem comum.,

A publicidade consiste na divulgação oficial do ato administrativo para conhecimento público e início de seus efeitos. Por este motivo, devem ser publicados o despacho que determina a instauração do FATD, a decisão da autoridade disciplinar sobre o caso, a nota de punição e qualquer outro ato administrativo relacionado, como decisões de recursos disciplinares.,

O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.



Questão **20**Parcialmente
corretoAtingiu 0,75 de
1,00**Sobre a Mutatio Libelli, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

- a. A Jurisprudência entende que há nulidade em aditamento à denúncia (*mutatio libelli*) quando oferecida a oportunidade para a manifestação da defesa.
- b. Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, deverá permitir que a defesa arrole testemunhas para serem ouvidas, e também, realize novo interrogatório do indiciado, a depender da alteração realizada.
- c. O Novo Relato do Fato Imputado poderá conter modificações mais simples como por exemplo, uma correção de datas, horários ou locais em que ocorreram a transgressão da disciplina. ✓
- d. Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, como ocorre no processo penal, ou seja, mudança do quadro fático contestado, deve-se produzir novo Relato do Fato Imputado e reabrir o prazo para a defesa produzir a correspondente resposta, tudo em harmonia com os princípios do contraditório e da ampla defesa, garantidos do mesmo modo no âmbito do processo disciplinar (art. 5º, LV, CF). ✓
- e. Poderá também o Relato do Fato Imputado incluir, complementar ou fornecer novo elemento ou circunstância não evidenciado em momento anterior, o que demandará do encarregado muitas vezes, a reprodução de inquirições de testemunhas e repetição de outras provas a fim de fornecer o caminho adequado para a instrução do processo administrativo. ✓

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são:

Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, como ocorre no processo penal, ou seja, mudança do quadro fático contestado, deve-se produzir novo Relato do Fato Imputado e reabrir o prazo para a defesa produzir a correspondente resposta, tudo em harmonia com os princípios do contraditório e da ampla defesa, garantidos do mesmo modo no âmbito do processo disciplinar (art. 5º, LV, CF),

Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, deverá permitir que a defesa arrole testemunhas para serem ouvidas, e também, realize novo interrogatório do indiciado, a depender da alteração realizada.,

O Novo Relato do Fato Imputado poderá conter modificações mais simples como por exemplo, uma correção de datas, horários ou locais em que ocorreram a transgressão da disciplina.,

Poderá também o Relato do Fato Imputado incluir, complementar ou fornecer novo elemento ou circunstância não evidenciado em momento anterior, o que demandará do encarregado muitas vezes, a reprodução de inquirições de testemunhas e repetição de outras provas a fim de fornecer o caminho adequado para a instrução do processo administrativo.

◀ Pesquisa de Avaliação do Curso e
Plataforma

Seguir para...

Certificado de Conclusão ▶

